

Inclusão e Educação

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)



Atena
Editora

Ano 2019

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini
(Organizadoras)

Inclusão e Educação

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I37 Inclusão e educação [recurso eletrônico] / Organizadoras Danielle H. A. Machado, Janaína Cazini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inclusão e Educação; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-029-2

DOI 10.22533/at.ed.292191501

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação inclusiva. 4. Tecnologia – Educação. I. Machado,
Danielle H. A. II. Cazini, Janaína. III. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação e Inclusão: Desafios e oportunidades em todos as séries educacionais” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, em seus 25 capítulos do volume I, apresenta os novos conhecimentos científicos e tecnológicos para a área da saúde especial das modalidades da saúde intelectual e mental, num viés da genética e a visão da psicopedagogia sobre a educação especial, a transição das Políticas Públicas para a educação especial e as transformações sob análises a partir da realidade local.

A Educação por Inclusão engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas tecnológicas nas áreas do Ensino, Novas Tecnologias Específicas, Psicopedagogia, Psicanálise, Educação, Políticas Públicas Brasileiras das Institucionais e Regionais que visam o aumento benéfico e produtivo na qualidade do ensino e desenvolvimento do aluno especial. Além disso, a crescente demanda por conceitos e saberes que possibilitam um estudo de melhoria no processo de participação e aprendizagem à educação inclusiva aliada a necessidade de recursos específicos.

A junção de pesquisas e a modernização da tecnologia compõem um contexto de educação inclusiva nas diversas modalidades da inclusão.

Colaborando com essa transformação educacional, este volume I é dedicado ao público de cidadãos Brasileiros que possuem deficiência e dificuldade psicológica de aprendizagem na perspectiva das Institucionais Regionais do Brasil, mais precisamente, as participações das Políticas Públicas Brasileiras Educacionais. Trazendo artigos que abordam experiências do ensino e aprendizagem no âmbito escolar, desde as séries iniciais até prática de ensino em psicologia com idosos. Assim, aos componentes da esfera educacional que obtiveram sucessos apesar dos desafios encontrados; a mediação pedagógica como força motriz de transformação educacional e a utilização de tecnologias assistivas para auxiliar o aprendizado do discente especial.

Ademais, esperamos que este livro possa fortalecer o movimento de inclusão social, colaborando e instigando professores, pedagogos e pesquisadores às práticas educacionais, às contribuições da genética e da psicanálise a quem ensina, aos alunos especiais na transição da escola regular sob um olhar da psicopedagogia e aos educadores que corroboram com a formação integral do cidadão.

Danielle H. A. Machado
Janaína Cazini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA META 4	
<i>Maria do Carmo de Sousa Severo</i>	
<i>Érica Nazaré Arrais Pinto Pereira</i>	
<i>Joiran Medeiros da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915011	
CAPÍTULO 2	10
EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ADULTOS: CONTRIBUIÇÕES DA NEUROCIÊNCIA E DA ANDRAGOGIA	
<i>Mônica Campos Santos Mendes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915012	
CAPÍTULO 3	16
EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA: EXPANSÃO E CONTRADIÇÕES (2003 – 2014)	
<i>Cleiton Leite Barbosa</i>	
<i>Afrânio Vieira Ferreira</i>	
<i>Sandy Andreza de Araujo Lavor</i>	
<i>Jeanne D'arc de Oliveira Passos</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915013	
CAPÍTULO 4	26
“PRECISAMOS SER COMO CAMALEÕES?”: EXPERIÊNCIA DE UMA PRÁTICA DE ENSINO EM PSICOLOGIA COM IDOSOS	
<i>Edivan Gonçalves da Silva Júnior</i>	
<i>Maria do Carmo Eulálio</i>	
<i>Almira Lins de Medeiros</i>	
<i>Elizabeth de Lourdes Bronzeado Krkoska</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915014	
CAPÍTULO 5	42
A APRENDIZAGEM EM QUESTÃO: CONTRIBUIÇÕES DA EPISTEMOLOGIA GENÉTICA E DA PSICANÁLISE A QUEM ENSINA	
<i>Juliana dos Santos Rocha</i>	
<i>Virgínia Dornelles Baum</i>	
<i>Marlene Rozek</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915015	
CAPÍTULO 6	57
A PERSPECTIVA INCLUSIVA PARA O FORTALECIMENTO DA RESSOCIALIZAÇÃO DE ASSISTIDOS DA CENTRAL DE ALTERNATIVAS PENAIAS DO CEARÁ – RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Dafna Maria da Silva Ricardo</i>	
<i>Débora Rocha Carvalho</i>	
<i>Aline Maria Barbosa Domício Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.2921915016	

CAPÍTULO 7 66

APRENDIZAGEM E ESCOLARIZAÇÃO EM FOCO: UMA VISÃO PSICOPEDAGÓGICA

Virginia Dornelles Baum
Juliana dos Santos Rocha
Marlene Rozek

DOI 10.22533/at.ed.2921915017

CAPÍTULO 8 81

AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS, VOLTADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A TRANSIÇÃO ESCOLA-TRABALHO

Ana Cristina de Carvalho
Edicléa Mascarenhas Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.2921915018

CAPÍTULO 9 86

A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: IMPLANTAÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Iris Mara Guardatti Souza
Regina Cohen
Patrícia Lameirão Campos Carreira
Angélica Fonseca da Silva Dias
Rita de Cássia Oliveira Gomes
Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior
Mônica Pereira dos Santos
Jean-Christophe Houzel

DOI 10.22533/at.ed.2921915019

CAPÍTULO 10 97

DESAFIOS FORMATIVOS VIVENCIADOS E SUPERADOS PELOS PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE AGRESTINA - PE PARA PROMOÇÃO DA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Cicera Mirelle Florêncio da Silva
Maria Aline de Macedo Silva Mendes

DOI 10.22533/at.ed.29219150110

CAPÍTULO 11 107

ESTUDO SOBRE AS CONDIÇÕES DE INCLUSÃO EM UMA ESCOLA ESTADUAL NA CIDADE DE CALDAS NOVAS NOS ÚLTIMOS 13 ANOS

Jullyana Pimenta Borges Gonçalves
Rosângela Lopes Borges
Marcos Fernandes Sobrinho
Cinthia Maria Felício

DOI 10.22533/at.ed.29219150111

CAPÍTULO 12 120

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NA CIDADE DE CRATO-CE: O USO EM CONTEXTO RELIGIOSO

Luiza Valdevino Lima
Francisco Edmar Cialdine Arruda
Martha Milene Fontenelle Carvalho
Ana Patricia Silveira
Daniela Valdevino Lima

DOI 10.22533/at.ed.29219150112

CAPÍTULO 13..... 131

O PAPEL DA OLIMPÍADA BRASILEIRA DE MATEMÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS (OBMEP) COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

Joselito Elias de Araújo
José Vinícius do Nascimento Silva
Pedro Eduardo Duarte Pereira
Flávia Aparecida Bezerra da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150113

CAPÍTULO 14..... 141

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MUDANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR: A QUESTÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PERNAMBUCANA

Lúcia de Fátima Farias da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150114

CAPÍTULO 15..... 150

UM OLHAR SOBRE A INCLUSÃO NAS PESQUISAS ACADÊMICAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS DA BAHIA

Julimar Santiago Rocha
Maria da Conceição Alves Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.29219150115

CAPÍTULO 16..... 163

FORMAÇÃO DO PSICÓLOGO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Débora Rocha Carvalho
Deldy Moura Pimentel
Terezinha Teixeira Joca
Marilene Calderaro Munguba

DOI 10.22533/at.ed.29219150116

CAPÍTULO 17..... 172

NAS TESSITURAS DA LEI 10.639/03: DIÁLOGOS ENTRE O ENSINO DE HISTÓRIA E A DIVERSIDADE ETNICORRACIAL

Aparecida Barbosa da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29219150117

CAPÍTULO 18..... 181

O DIREITO A EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA A PARTIR DO CONTEXTO DOS JOVENS PRIVADOS DE LIBERDADE

Daniel de Souza Andrade
Andréia Alves de Oliveira
Edneide Nóbrega do Rêgo
Elânia Daniele Silva Araújo
Janaina Dantas dos Santos
Lidyane Gomes Mendonça da Silva
Maria José Elaine Costa Silva Pereira
Marlene Eneas da Silva Falcão
Sônia Maria de Lira
Verônica Remígio da Silva e Lima

DOI 10.22533/at.ed.29219150118

CAPÍTULO 19	191
O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA ROTINA DO PROGRAMA FACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA	
<i>Maikson Damasceno Machado</i>	
<i>Kátia Cristina Novaes Leite</i>	
<i>Eliata Silva</i>	
<i>Jane Adriana Vasconcelos Pacheco Rios</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150119	
CAPÍTULO 20	202
UMA REFLEXÃO SOBRE A POLITICA EDUCACIONAL INCLUSIVA NO BRASIL	
<i>Marília Piazzzi Seno</i>	
<i>Simone Aparecida Capellini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150120	
CAPÍTULO 21	213
AFETIVIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR INCLUSIVO	
<i>Scheilla Conceição Rocha</i>	
<i>Cândida Luisa Pinto Cruz</i>	
<i>Rita de Cácia Santos Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150121	
CAPÍTULO 22	224
UMA HISTÓRIA DE (RE)SIGNIFICAÇÃO DE UM ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RUA	
<i>Meiryllianne Suzy Cruz de Azevedo</i>	
<i>Edivânia Paula Gomes de Freitas</i>	
<i>Leandra da Silva Santos</i>	
<i>Kelli Faustino do Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150122	
CAPÍTULO 23	234
CIDADANIA E DIREITOS NO AMBIENTE ESCOLAR: FORMANDO CIDADÃOS, TRANSFORMANDO REALIDADES ATRAVÉS DO ESTUDO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	
<i>João Maria Cardoso e Andrade</i>	
<i>Joana Paula Costa Cardoso e Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150123	
CAPÍTULO 24	244
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRÁTICAS NO COTIDIANO DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS FEDERAIS	
<i>Clemilda dos Santos Sousa</i>	
<i>Fernanda Nunes de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150124	
CAPÍTULO 25	255
TRILHANDO OS CAMINHOS DA INCLUSÃO: A CRECHE COMO PRIMEIRO ESPAÇO	
<i>Sára Maria Pinheiro Peixoto</i>	
<i>Edileide Ribeiro Pimentel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.29219150125	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	269

POLÍTICAS EDUCACIONAIS E MUDANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR: A QUESTÃO DA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM UMA ESCOLA PERNAMBUCANA

Lúcia de Fátima Farias da Silva

Secretaria de Educação de Pernambuco

Surubim - PE

RESUMO: Este artigo contempla o resultado parcial de uma pesquisa acerca da compreensão dos professores de uma escola pernambucana sobre as repercussões no cotidiano escolar motivadas pela implementação de políticas educacionais. Enfoca um recorte da revisão bibliográfica referente à questão da inclusão de estudantes com deficiência, visto que a escola pesquisada apresenta um histórico de atendimento inclusivo de estudantes com deficiência auditiva e visual desde os anos oitenta, antes mesmo da LDB/96 ou da Declaração de Salamanca/94. A pesquisa de onde se fragmentou o presente estudo considera as políticas públicas emanadas pelo Estado em uma conjuntura de reformas no modelo de gestão desenvolvido em Pernambuco na última década. Pretende-se ter como produto resultante da pesquisa, um resgate histórico da Escola a partir dos pontos de vista, das experiências e relatos descritos pelos professores. A pesquisa tem uma proposta metodológica de cunho qualitativo, sendo utilizado o método estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas e pesquisa documental. Ao investigar os impactos

das políticas educacionais no cotidiano escolar, possibilita-se a análise histórica da construção da memória institucional, componente fundamental da identidade da escola na ocasião em que comemora quarenta anos de atuação. Ademais, tem-se a oportunidade de contribuir para o debate educacional em Pernambuco, na medida em que é dissecada e exposta a história da educação do Estado na ótica dos professores, ou seja, do interior da escola.

PALAVRAS-CHAVE: Política educacional, Inclusão, Cotidiano Escolar.

ABSTRACT: This paper presents the partial result of a research about the understanding of the teachers of a school from Pernambuco about the changes in the school routine motivated by the implementation of educational policies. It focuses on a literature review on the issue of students with disabilities inclusion, since the school studied has a history of inclusive care for students with hearing and visual impairment since the 1980s, even before LDB/96 or the Salamanca Declaration/94. This study considers the public policies adopted by the State in the past decade. The result of the research is a report of history of the school based on point of views, experiences and interviews collected from the teachers. The research methodology is qualitative, using the case study method with semistructured interviews and documentary

research. When investigating the impacts of educational policies on school life, it is possible to analyze the construction of institutional memory, a fundamental component of the school's identity when it celebrates forty years of activity. In addition, this paper has the opportunity to contribute to the educational debate in Pernambuco, as the history of state education is dissected and exposed from the point of view of teachers, that is, from the interior of the school.

KEYWORDS: Educational Policy, Inclusion, School Routine

1 | INTRODUÇÃO

A escola de educação básica, responsável pela preparação dos estudantes para a continuidade dos estudos e para o mundo do trabalho, além de enfrentar inúmeros desafios no cumprimento da sua função, vivencia atualmente a expectativa de implementação de uma importante política educacional: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que já traz em seu bojo múltiplas discussões. As políticas públicas influenciam a vida dos cidadãos, pois se constituem em ações desencadeadas pelo Estado visando ao atendimento de demandas da sociedade. As políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar, regulam e orientam os sistemas de ensino.

Considerando que a implementação das políticas educacionais provocam mudanças no contexto escolar, propomos uma pesquisa que tenciona analisar as concepções dos professores que atuam numa escola pernambucana acerca de tais modificações. Com esta intencionalidade, buscamos analisar o papel dos educadores no processo de implementação das políticas estaduais de educação identificando, a partir das descrições dos professores, as principais transformações ocorridas na Escola, decorrentes da execução de tais políticas.

No caso em estudo serão consideradas as políticas educacionais propostas pelo Estado, em uma conjuntura de reformas no modelo de gestão desenvolvido em Pernambuco na última década; aquelas que demandaram maiores efeitos no contexto escolar, modificando alguns aspectos fundamentais da escola, tais como: currículo, avaliação, prática docente, gestão. Assim, apesar de a escola estudada ter quarenta anos de atuação na educação do município de Surubim, no agreste setentrional de Pernambuco, a pesquisa focará especialmente o último decênio, haja vista a importância estratégica das transformações ocorridas na escola neste período, tendo sido provocadas pela implantação de políticas estaduais de educação.

A pesquisa permitirá a composição de uma linha histórica da instituição, a ser consolidada em um relato memorial e em um museu escolar, destacando como a escola teve sua trajetória de trabalho e atendimento à comunidade alterada pela execução de políticas públicas. Ao mesmo tempo, busca-se detectar a interpretação dos professores acerca de tais mudanças, configurando, desta forma, a cultura

escolar que está arraigada nos fazeres e saberes construídos na própria escola e os meandros de como esta cultura vai se atualizando, ou seja, como a instituição escolar vai se adequando aos novos contextos modificados ou direcionados pelas políticas implementadas.

Neste cenário, a partir do levantamento das memórias da unidade escolar em estudo, surge a questão da inclusão de estudantes com deficiência, pois a Escola considerada na pesquisa se destaca na comunidade como uma unidade promotora de inclusão de estudantes com deficiência visual e auditiva. Nesse sentido, concordamos com Mantoan (2003, p.16) quando afirma que a “inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”. Contudo, neste estudo tratamos especialmente da questão da inclusão escolar de estudantes com deficiência.

Cumpramos ressaltar que o presente artigo contempla o resultado parcial, considerando um recorte da revisão bibliográfica, no que diz respeito à inclusão de alunos com deficiência auditiva e visual atendidos pela escola campo de estudo.

2 | METODOLOGIA: PLANEJANDO A PESQUISA

A pesquisa cujo recorte originou o presente artigo é de cunho qualitativo, visto que o interesse central “está em uma interpretação dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas ações em uma realidade socialmente construída” (MOREIRA, 2011, p.76). É um estudo de caso, apoiando-se em relatos concedidos por pessoas-fonte por meio de entrevistas semiestruturadas, além de pesquisa documental utilizando-se de documentos oficiais especialmente a Lei Complementar Nº 125 de 10/07/2008, que cria o Programa de Educação Integral de Pernambuco e a Nota Técnica emitida pela Secretaria de Educação do Estado que esclarece a rede sobre o Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE) e as Metas para a Educação Básica considerando os indicadores educacionais do Estado, sobretudo o Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE). A análise destes documentos será priorizada, visto que as políticas por eles instituídas provocou mudanças significativas no contexto escolar, no recorte temporal considerado, atingindo sobremaneira o cotidiano escolar dos estudantes com deficiência. Além da análise destes documentos, serão considerados a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, como também poderão servir para consulta durante o desenvolvimento da pesquisa outros documentos, tais como: Documento Orientador do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), Diretrizes Curriculares, Portarias, Instruções de Avaliação, Matrizes curriculares, além do Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento, Diários de classe, Planejamentos, Atas de

reuniões, Caderno de anotações, dentre outros.

A população envolvida é constituída por professores que atuam na escola campo de estudo durante o período em que se limita a pesquisa, e que vivenciaram, na função de docência ou de gestão, as mudanças decorrentes da implementação de políticas educacionais que interferiram em aspectos importantes, tais como: gestão, avaliação, currículo e prática docente. Serão convidados a participar das entrevistas todos os professores que atuaram na escola pesquisada desde o ano de 2006 até os dias atuais, sendo efetivamente entrevistados aqueles que aceitarem a convocação. Não participam da pesquisa outros profissionais que não tenham nenhuma ligação com a escola estudada ou que não sejam professores, dada a posição estratégica do educador em vivenciar experiências pedagógicas na sala de aula ou na gestão da escola.

Como dito anteriormente, o foco da pesquisa está direcionado ao intervalo correspondente à última década. Contudo, não se pode deixar de considerar todo o tempo de atuação da escola, pois o itinerário histórico segue uma sequência de acontecimentos interconectados e interdependentes, de maneira que os fatos não são isolados e os acontecimentos de um período influenciam o desfecho dos eventos e resultados nos períodos subsequentes. Por isso, serão apreciados relatos e informações orais de professores que tiveram atuação marcante na história da Escola, tendo como critério a acessibilidade a estas pessoas.

Como instrumento de coleta de dados será utilizado um questionário com perguntas a serem feitas aos professores participantes da pesquisa. Será utilizado um roteiro com questões orientadoras para as entrevistas semiestruturadas com esses profissionais, além de um equipamento audiovisual para o registro das entrevistas devidamente autorizadas. Este questionário será composto por perguntas direcionadas ao professor participante visando esclarecer a pergunta da pesquisa que está detalhada da seguinte forma:

- 1) Como os professores de uma escola do agreste pernambucano descrevem as mudanças ocorridas no contexto escolar, advindas da implementação de políticas estaduais de educação, no último decênio?

1.a Como os professores descrevem a sua participação na implementação das políticas públicas educacionais em sua escola?

1.b Quais as mudanças descritas pelos professores como decorrentes da execução dessas políticas na escola, especialmente na sala de aula, quanto a: currículo, avaliação, prática docente, gestão?

- 2) A que os professores atribuem a instauração destas políticas?
- 3) Quais os obstáculos identificados pelos professores de uma escola pernambucana na efetivação destas políticas?

3.a Que estratégias foram utilizadas para superar estes obstáculos?

A partir destas questões de pesquisa serão elaboradas as perguntas da entrevista. O processamento e análise dos dados se darão a partir da transcrição das entrevistas e análise do conteúdo, na perspectiva de Bardin (2009). Portanto, o objeto de análise são as entrevistas feitas aos professores.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No contato direto e diário que temos com professores e no próprio desempenho da função profissional, temos verificado que a questão da implementação das políticas públicas educacionais e as repercussões no cotidiano da escola têm despertado cada vez mais a atenção de todos. Quando nos referimos ao termo política pública, o entendemos segundo Oliveira (s/d, p.1) ao afirmar que “é uma expressão que visa definir uma situação específica da política”. Do ponto de vista etimológico, política pública refere-se à participação do povo nas decisões da cidade, do território, pois “política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a *pólis* (OLIVEIRA, p.1).

No levantamento de trabalhos que tratam da análise dos impactos das políticas públicas no cotidiano das escolas, foram identificadas algumas pesquisas já realizadas como, por exemplo: Ferreira e De Barros Nogueira (2016) analisam uma política pública, o Plano Nacional de Educação (PNE), considerando os reflexos produzidos no cotidiano escolar; analisa a questão da judicialidade e das consequências da implementação do PNE, recorrendo a consultas bibliográficas. Já Delgado (2012), analisa o impacto das políticas públicas nas práticas escolares, sobretudo as avaliativas, a partir da implantação dos ciclos e da progressão continuada, por meio de observações sistemáticas do cotidiano escolar. Enquanto Falsarella (2005, 2013) analisa, por intermédio de observações e entrevistas, a repercussão das políticas públicas desencadeadas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (n. 9394/96) na autonomia e decisões tomadas pela equipe escolar para elaborar o projeto pedagógico.

O presente estudo prioriza a ótica dos atores internos da escola, pois incide sobre as interpretações dos professores acerca das transformações da escola mediante o desenvolvimento das políticas estaduais de educação. Ao expressar sua visão, os professores entrevistados estarão contribuindo para a elucidação de cenários e fatos ocorridos na escola, formatando, conjuntamente à sua história de vida profissional, a própria história da instituição. Neste caso, os depoimentos são valiosos não só para a compreensão dos processos de implementação de políticas educacionais, como também, permitem colocar em foco a metodologia de produção e exploração de documentos orais. Além disso, ao tomar como objeto de análise as entrevistas contendo os relatos dos professores, a pesquisa se propõe a discutir as possibilidades

e os limites desse procedimento metodológico para o estudo da história da educação no Estado.

Quanto à concepção de política, buscamos em Falsarella (2013, p.256) alguns conceitos acadêmicos vigentes, tais como: “arte de governar conquistando consensos, convivência entre diferentes ou, ainda, ação organizada de grupos sociais para alcançar fins coletivos”. Entretanto, convém destacar que é difícil se chegar a um consenso quanto ao conceito de política, “uma vez que toda ação política envolve disputa por diferentes interesses, alguns postos a serviço das condições gerais de vida da população, outros mais voltados a interesses particulares, empresariais ou corporativistas” (FALSARELLA, 2013, p.256). Já a palavra pública é de origem latina, *publica*, e significa povo, do povo” (OLIVEIRA, s/d, p.1). Contudo, contemporaneamente a expressão política pública tem tomado dimensões mais amplas haja vista o avanço das condições democráticas em várias partes do mundo e a diversidade de arranjos institucionais de governos. Assim, “o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (SOUZA, 2003, p. 13, apud OLIVEIRA, s/d, p.1). Neste trabalho, toma-se o conceito de política pública proposto por Azevedo (2003, p. 38, apud OLIVEIRA, s/d, p.2), ou seja, “política pública é tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões”.

Dentre as políticas implementadas pelo Estado no recorte temporal considerado para a pesquisa, ou seja, de 2006 a 2016, destacam-se o Programa de Modernização da Gestão Pública (PMGP), que atingiu vários segmentos do governo, inclusive a educação, o Programa Ganhe o Mundo (PGM), um programa de intercâmbio de estudantes do ensino médio, o Programa de Formação Continuada de Gestores Escolares de Pernambuco (PROGEPE), que propõe a formação de gestores e fortalecimento da gestão escolar democrática no Estado, o Professor Conectado, que doou um computador portátil (*notebook*) a cada professor da rede, o Pacto pela Educação, que estabeleceu parâmetros para o monitoramento das escolas estaduais ditas prioritárias, o Programa de Educação Integral, uma política de educação integral para o ensino médio e, entre outras, o Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE), uma política de avaliação das escolas públicas da rede estadual ou municipal, a depender da adesão do Município. Dentre estas, foram selecionadas duas políticas para serem analisadas: o SAEPE e o Programa de Educação Integral. As razões para esta escolha referem-se à importância estratégica das transformações no cotidiano escolar por elas motivadas em significativos aspectos do contexto e da cultura escolar como, por exemplo, a prática docente, a gestão, o currículo e a avaliação.

Ao buscar aporte teórico acerca das implicações das políticas educacionais consideradas nesta pesquisa, tendo em vista os citados aspectos do contexto escolar, perpassamos obrigatoriamente pela questão da inclusão de estudantes com

deficiência, haja vista o esforço pedagógico empreendido pela escola pesquisada em incluir os discentes com deficiência auditiva e visual, oferecendo a Educação Especial.

A Educação Especial, para efeitos da Lei nº 9.393/96, é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com Necessidades Educativas Especiais. Este termo “necessidades educativas especiais”, citado pela primeira vez na LDB, Lei nº 9.394/96, foi anteriormente citado na Declaração de Salamanca (1994) referindo-se a “todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiência ou dificuldade de aprendizagem”. A Declaração recomenda que “seja adotado o princípio da educação inclusiva, em forma de lei ou política, matriculando todas as crianças em escolas regulares” (OMOTI, 1999, p.9), contudo, estabelece recomendações da “necessidade de práticas não inteiramente inclusivas com relação ao atendimento de deficientes que apresentam determinadas condições” (OMOTI, 1999, p.9). Também a LDB/96 leva em conta as condições específicas de alunos com deficiência que podem não permitir a plena inclusão. De todo modo, o grande desejo é que seja possível a “construção de uma sociedade capaz de oferecer a todos os seus cidadãos condições de existência plena e digna, independentemente de suas posses, antecedentes culturais e étnicos, credo religioso, ideologia, idade e gênero, condições incapacitadoras” (OMOTI, 1999, p.9). Assim sendo, levando em conta que a educação é um direito social básico e por isso deve ser oferecida a todos, a escola pesquisada por meio da sua gestão e corpo docente, numa atitude de protagonismo, implantou turmas especiais para atendimento aos alunos com deficiência auditiva em 1987, passando a atender, em 1999, também estudantes com deficiência visual. A motivação para a criação dessas turmas veio da comunidade que identificou a demanda e a escola assumiu em seu projeto pedagógico este atendimento. Gradativamente, estes estudantes passaram a ser integrados nas turmas regulares. Alguns dos estudantes cegos encontraram nas atividades do Coral da Escola uma importante forma de inclusão social.

Convém salientar que no decorrer do último decênio, sendo implementadas as políticas estudadas nesta pesquisa, ou seja, o SAEPE e o Programa de Educação Integral, ocorreram mudanças no atendimento aos estudantes com deficiência na escola pesquisada. As descrições dos professores entrevistados no decorrer da pesquisa que se encontra em andamento nos levarão, necessariamente, a refletir se estas políticas consideram as singularidades de cada educando, no sentido de assegurar o direito de inclusão dos alunos com deficiência, apesar da pressão das avaliações externas e das metas numéricas a serem alcançadas especialmente pelas escolas integrais.

4 | CONCLUSÕES

É importante ressaltar que o presente trabalho trata de um projeto em andamento, ainda na fase de revisão de literatura, e apresenta o resultado parcial da revisão bibliográfica referente às políticas educacionais implementadas no Estado de Pernambuco, no último decênio, e as implicações no cotidiano da escola estudada de acordo com as descrições enunciadas pelos professores. Aqui, recortamos, no âmbito da pesquisa, o aspecto da inclusão de estudantes com deficiência considerando a importância estratégica para uma educação humanizada e humanizadora, a garantia dos direitos de inclusão destes estudantes mediante o contexto de implementação de um modelo de gestão com foco em resultados, inclusive na área educacional.

Pretende-se ter como produto resultante da pesquisa, um resgate histórico da Escola a partir dos pontos de vista, das experiências e relatos descritos pelos professores e um museu dedicado à preservação das memórias da instituição. Entende-se que a história institucional de uma escola é singular e individual, entretanto, está sujeita não apenas ao contexto local, às necessidades e anseios da comunidade mais próxima, mas a uma conjuntura mais ampla que inclui todo o sistema educacional estadual; está submetida às políticas implementadas que, às vezes, contradizem o caminho particular percorrido pela instituição ou mesmo às demandas da própria comunidade. Na história da escola pesquisada a inclusão de estudantes surdos e cegos deverá estar incluída em um dos capítulos mais significativos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular, 2ª. Edição Revista**. 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf> Acesso em: 16/07/2016.

Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na área de Necessidades Educativas Especiais. Brasília, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> Acesso em: 23 ago 2016.

DELGADO, Adriana Patrício. **O Impacto das Políticas Públicas nas Práticas Escolares sob a Ótica da Avaliação de Aprendizagem**. Espaço do Currículo, v.4, n.2, pp.162-171, Setembro de 2011 a Março de 2012, ISSN 1983-1579. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec> Acesso em: 13/06/2016.

FALSARELLA, Ana Maria. **Autonomia escolar e a elaboração do projeto pedagógico: o trabalho cotidiano da escola face à nova política educacional**. Tese de Doutorado apresentada à PUC-SP – Programa de Estudos Pós-graduados em Educação: História, Política, Sociedade, 2005. Disponível em: http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/processaPesquisa.

FALSARELLA, Ana Maria. **Repercussões das Políticas Educacionais no Âmbito Escolar**. Meta: Avaliação | Rio de Janeiro, v. 5, n. 15, p. 254-271, set./dez. 2013. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/download/180/pdf> Acesso em:

09/07/2016

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel; DE BARROS NOGUEIRA, Flávia Maria. **Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas e o plano nacional de educação.** @ rquivo Brasileiro de Educação, v. 3, n. 5, p. 102-129, 2016.

Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/Noticias/impactos_politicas_educacionais_cotidiano_escolas_publica_PNE.pdf Acesso em: 09/07/2016.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** — São Paulo : Moderna , 2003.

MOREIRA, Marco Antonio. **Metodologias de Pesquisa em Ensino.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2011.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** Disponível em: <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/texto-4-pol%C3%8Dticas-p%C3%9Ablicas-educacionais.pdf> Acesso em: 30/06/2016.

OMOTE, Sadao. Normalização, integração, inclusão.... **Ponto de Vista: revista de educação e processos inclusivos**, Florianópolis, n. 1, p. 04-13, jan. 1999. ISSN 2175-8050. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1042>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-029-2

